

MOÇAMBIQUE

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Chefe de Estado:	Armando Guebuza
Chefe de Governo:	Luísa Diogo
Penal de morte:	abolicionista para todos os crimes
População:	22,9 milhões
Esperança média de vida:	47,8 anos
Taxa de mortalidade - menores de 5 anos (m/f):	162/144 por 1000
Taxa de literacia nos adultos:	44,4 por cento

A polícia usou força excessiva durante manifestações e na detenção de suspeitos. Treze detidos morreram asfixiados numa cela policial sobrelotada; dois polícias foram responsabilizados pelas mortes. Um oficial sénior da polícia foi condenado por homicídio devido a uma execução extrajudicial ocorrida em 2007.

Antecedentes

Pelo menos 120 pessoas morreram devido a um surto de cólera entre Janeiro e Março. Em Março, a Cruz Vermelha suspendeu as suas actividades na região de Mongicual, na província de Nampula, no Norte, depois de três funcionários da organização e dois polícias terem sido mortos por moradores locais durante um protesto violento contra a forma como estava a ser feito o combate à cólera. Residentes acusaram os funcionários da Cruz Vermelha, que estavam a deitar cloro nos poços, de contaminar as suas fontes de abastecimento de água com cólera.

Em Março foi formado um novo partido político, o Movimento Democrático de Moçambique – MDM, resultante da saída do presidente do Conselho Municipal da Beira, Daviz Simango, do maior partido da oposição, a Resistência Nacional Moçambicana – RENAMO. Daviz Simango foi um dos três candidatos às eleições que tiveram lugar em Outubro, vencidas pelo presidente cessante, Armando Guebuza, e pelo partido no poder, a Frente de Libertação de Moçambique – FRELIMO. Registaram-se actos de violência esporádicos durante a campanha eleitoral, a maior parte relacionada com a destruição de material de campanha por parte de activistas partidários rivais. Dois polícias foram multados pelo Tribunal Judicial Distrital de Murrupula pela destruição de cartazes eleitorais da RENAMO, e a polícia foi criticada por ignorar actos de violência cometidos por membros da FRELIMO. Os observadores nacionais e internacionais registaram várias irregularidades durante as eleições, incluindo casos de urnas de voto previamente cheias e invalidação de votos a favor dos candidatos da oposição. A missão de observação da União Europeia não considerou, porém, que estes incidentes tivessem influenciado de forma significativa os resultados.

Um dos maiores julgamentos de corrupção realizados no país teve início em Novembro. O antigo Ministro dos Transportes e quatro antigos responsáveis da empresa Aeroportos de Moçambique, ADM, foram acusados de desviar quase 1,5 milhões de euros da empresa entre 2005 e Outubro de 2008.

Polícia

■ Em Junho, o Tribunal Provincial de Maputo, em Matola, condenou um alto responsável policial pelo homicídio de Abranches Penicelo em Agosto de 2007. O polícia foi condenado a

22 anos de prisão e ao pagamento de uma indemnização de 500 mil meticais (cerca de 14 000 euros) aos cinco filhos de Abranches Penicelo. No entanto, outros cinco polícias acusados de envolvimento no homicídio não foram acusados nem julgados. Outros dois polícias alegadamente envolvidos morreram entretanto. Após anos de perseguição policial, Abranches Penicelo foi espancado, infectado com uma substância tóxica, alvejado a tiro no pescoço e incendiado por oito polícias, que depois o deixaram abandonado para morrer.

Houve relatos de que agentes da polícia estariam a colaborar com criminosos, inclusive fornecendo-lhes armas de fogo e uniformes policiais.

■ Dois assassinos condenados que tinham fugido da prisão de Maputo em Dezembro de 2008 foram recapturados. Samuel Januário “Samito” Nhare foi recapturado em Janeiro e Aníbal “Anibalzinho” dos Santos Júnior em Agosto. Um terceiro fugitivo, Luís “Todinho” de Jesus Tomás, que tinha escapado com os outros, foi encontrado morto a tiro na cidade de Matola, província de Maputo, em Janeiro. “Anibalzinho” alegou que tinham tido ajuda da polícia na fuga.

■ Em Fevereiro, três agentes da polícia foram detidos por suspeita de colaborarem com criminosos.

Uso excessivo da força

A Polícia continuou a usar força excessiva, principalmente durante a detenção de suspeitos e no controlo de manifestações.

■ Em Janeiro, polícias à paisana dispararam contra quatro homens desarmados que estavam alegadamente a tentar assaltar uma loja de electrodomésticos na zona da Baixa de Maputo. Os polícias alvejaram dois dos suspeitos quando saíam da loja, matando imediatamente um deles e ferindo o outro numa perna. Segundo as informações, os outros dois suspeitos conseguiram fugir. Responsáveis policiais disseram à Amnistia Internacional que os polícias agiram em autodefesa quando os alegados assaltantes dispararam sobre eles. Contudo, disseram também que quem abriu fogo foram elementos da empresa de segurança privada que guardavam a loja. Não foi levada a cabo qualquer investigação.

■ Em Abril, um agente da polícia feriu a tiro dois grevistas nas obras do estádio nacional de Moçambique. Cerca de 700 trabalhadores tinham decretado uma greve para protestar contra os baixos salários, a falta de pagamento de horas extraordinárias e os maus-tratos por parte dos responsáveis pela obra. A polícia da cidade de Maputo informou que tinha sido aberta uma investigação, mas até ao final do ano não houve mais informações.

■ Em Setembro, a polícia disparou munições reais para tentar dispersar uma manifestação numa plantação de açúcar no distrito de Marromeu, na província de Sofala, ferindo dois trabalhadores. Segundo as informações, a manifestação tornou-se violenta quando os grevistas destruíram uma ambulância e uma motocicleta, ergueram barricadas e incendiaram parte da plantação de açúcar. Os trabalhadores da plantação estavam em greve para exigir melhores salários. Até ao final do ano não houve notícia de que tivesse sido aberta qualquer investigação.

Mortes sob custódia

Em Março, 13 pessoas morreram asfixiadas numa cela policial sobrelotada no distrito de Mongicual. As vítimas faziam parte de um grupo de pessoas detidas na sequência dos protestos violentos contra o tratamento da cólera na região. Em Agosto, o Tribunal Distrital de Angoche considerou o oficial de serviço na altura e o comandante policial distrital culpados

de homicídio involuntário e condenou ambos a um ano de prisão. O tribunal absolveu o chefe distrital da polícia de investigação criminal por falta de provas.

Visitas/relatórios da Amnistia Internacional

🚗 Delegados da Amnistia Internacional visitaram Moçambique em Maio.

📄 Moçambique: "Briefing" ao Parlamento (Assembleia) de Moçambique (AFR 41/002/2009)

📄 "Já não consigo acreditar na Justiça": Obstáculos à justiça para os homicídios dolosos por parte da polícia em Moçambique (AFR 41/004/2009)